



PETROS

www.petros.com.br

Mala Direta
Postal
9912187803/DR-RJ
PETROS
CORREIOS

1 ANO DEPOIS

Cenário do pós-crise abre novas "janelas de oportunidades" para o sistema



Taxa em queda | 5

CGPC reduz limite máximo de despesas administrativas das EFPCs para 9%; taxa na Fundação é hoje de 6,4% e meta é redução para 6% até o final do ano

Integração | 7

Encontro Petros com o Participante volta ao Rio de Janeiro, reunindo mais de mil pessoas, em sua maioria aposentados; atividade atinge sua maioria ao mesclar momentos de lazer e retomada de antigas amizades com outros de reflexão e debate sobre as contas dos planos e perspectivas do sistema

A HORA É ESSA!



**Realize hoje o sonho da casa
própria com as opções de
financiamento habitacional Petros**



Instituições Parceiras Todas com débito em conta corrente

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
0800 726 0101

HSBC
Nas capitais e regiões
metropolitanas: 4004-2272
Rio de Janeiro e nas demais
localidades: 0800 721 2272

BANCO REAL
Correntistas: Entrar em contato
com o Disque Real.
Não Correntistas
SP: (11) 3553-4058
RJ (21) 3460-1304
Nas demais localidades:
0800 286 0909

BANCO SANTANDER
Nas capitais e regiões
metropolitanas: 4004-3535
Nas demais localidades:
0800 702 3535

ITAÚ
Nas capitais e regiões
metropolitanas: 4004-7051
Nas demais localidades:
0300 789 7051

BRADESCO
Acesso o site:
www.bradesco.com.br
ou procure umas das agências
para mais informações.

CITIBANK
Nas capitais e regiões
metropolitanas: 4004-2484
Nas demais localidades:
0800 701 2484

 **PETROS**

Uma resolução recentemente aprovada pelo Conselho Gestor da Previdência Complementar (CGPC) mostrou que tomamos a decisão estratégica acertada ao centrar esforços para diminuir as despesas administrativas. Pois, a partir de 1º de janeiro os fundos patrocinados por estatais não poderão desembolsar valor superior a 9% das contribuições arrecadadas.

Graças à implementação de uma política que prioriza a austeridade administrativa, o participante pode dormir tranquilo. Atualmente, são destinados apenas 6,4% a essa rubrica – bem menos do que estabelece o CGPC e quase metade dos 12% que se gastava antes de 2003.

A Diretoria Executiva apresentou esse e outros números às mil pessoas que compareceram a mais uma edição do “Encontro Petros com o Participante”, realizada no bairro da Lapa, no Rio de Janeiro. E a julgar pelo resultado da pesquisa de satisfação, distribuída durante o evento, o público mais uma vez aprovou a iniciativa – 96% gostariam que a Fundação repetisse a dose outras vezes.

Algumas das medidas adotadas por essa gestão têm, inclusive, pautado o noticiário econômico – o que muito nos honra. Um bom exemplo foi a estratégia de avaliar o desempenho de conselheiros em companhias nas quais a Petros tem participação acionária, fato publicado pelo diário “Valor Econômico” em sua edição de 31 de agosto.

Também duas outras ações têm se mostrado absolutamente adequadas: a primeira é o fomento

ao multipatrocínio, que ganhou novo capítulo com o lançamento oficial do plano de previdência destinado aos servidores do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro. A segunda foi a decisão de diversificar a carteira, uma espécie de medida de profilaxia à queda de juros e à perda de atratividade da renda fixa. Neste contexto, soa como música para os ouvidos a possibilidade de as fundações investirem no pré-sal.

No cenário da retomada do desenvolvimento em que o País volta a se inserir, é importante lembrar do que se especulou acerca dos impactos que adviriam da crise internacional. Em entrevista exclusiva à **Revista PETROS**, o economista Sérgio Mendonça, do Dieese, faz um balanço otimista do cenário brasileiro e dos fundos de pensão no pós-crise. No mês em que se completa exatos 12 meses da hecatombe, o Brasil confirma o vaticínio do presidente Lula, tão ironizado pela mídia: que o país seria o último a entrar e o primeiro a sair da crise, “devido às medidas bastante corretas tomadas pelo governo”. E derruba por terra os prognósticos alarmistas dos pessimistas de plantão.

Todos esses assuntos são tratados na presente edição. Examine o seu exemplar e constate você mesmo o quão alentador é o cenário para a Petros e os fundos de pensão. No mais, uma excelente leitura!

Diretoria Executiva
Outubro/2009



Produzida pelo Setor de Imprensa e Conteúdo (Gerência de Comunicação e Relações Institucionais)

Gerente | Washington Araújo
Editor e Jornalista Responsável | Hélio Pereira (MTb 20.160/SP)

Reportagem e Redação | Charles Nascimento (editor), Antonia Moraes, Gleice Sabbad e Vanessa Marinho (estagiária)

Projeto Gráfico | Núcleo da Idéia Publicidade
Diagramação | Leonardo Gomes

Capa | Luiz César Cabral

Fotos | Américo Vermelho e Jupiter Images

Impressão | Bangraf

Tiragem | 130.300 exemplares

Redação | Rua do Ouvidor, 98, Rio de Janeiro, RJ
CEP 20040-030 – Tel | (21) 2506-0335

E-mail | revista@petros.com.br

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente | Wagner Pinheiro de Oliveira
Diretores | Luís Carlos Fernandes Afonso, Maurício França Rubem e Newton Carneiro da Cunha
Secretário-Geral | Wagner Luiz Constantino de Lima

CONSELHO DELIBERATIVO

Titulares | Wilson Santarosa (presidente), Jorge José Nahas Neto, Paulo Teixeira Brandão, Regina Lucia da Rocha Valle, Ronaldo Tedesco Vilardo e Yvan Barretto de Carvalho

Suplentes | Agnelson Camilo da Silva, Alexandre Aparecido Barros, Claudia Padilha da Araújo Gomes, Armando Ramos Tripodi, Epaminondas de Souza Mendes e Roberto de Castro Ribeiro



Filiada à



CONSELHO FISCAL

Titulares | Fernando Leite Siqueira (presidente), Bruno Passos da Silva Melo, Eurico Dias Rodrigues e Silvio Sinedino Pinheiro

Suplentes | André Luiz da Fonseca Fadel, Denise Frazão Ginzo, Oscar Ângelo Scotta e Sérgio Salgado

E-Mail | conselho@petros.com.br

expediente

Leis concedem direitos, prioridades e isenções para os portadores de moléstias graves e deficiências

As pessoas portadoras de doenças graves ou deficiências muitas vezes desconhecem alguns direitos e benefícios garantidos por Lei. Diversas normas foram criadas para desonerar gastos tributários, estabelecer direitos e conceder benefícios, com o intuito de incrementar a renda e reduzir os ônus aos pacientes.

A Lei 8.213/91 prescreve os benefícios previdenciários pagos pelo INSS decorrentes de doença ou deficiência: auxílio-doença, auxílio-acidente e aposentadoria por invalidez. A mesma norma garante ao aposentado por invalidez, que necessita de assistência permanente, um acréscimo de 25% ao valor do benefício.

O Decreto 6.957/09, publicado em 10/09/2009, listou as doenças que, se forem decorrentes do trabalho, geram o auxílio-doença acidentário, que assegura ao trabalhador estabilidade no emprego por 12 meses após retorno ao trabalho e os depósitos do FGTS, referentes ao período em que ficou afastado. Sob o aspecto tributário, os auxílios doença e acidente são isentos de imposto de renda, por força da Lei 8.541/92, com redação dada pela Lei 9.250/95.

A Lei 7.713/88, alterada pelas Leis 8.541/92 e 11.052/04, prevê a isenção do imposto de renda sobre proventos de aposentadoria e pensão pagos a portadores de diversas doenças relacionadas na legislação. Já a Lei 8.112/1990 concede ao servidor público federal proventos integrais quando aposentado por invalidez decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave.

A Lei 10.690/03, que altera a Lei 8.989/95, isenta do IPI os automóveis adquiridos por pessoas portadoras de deficiência física, visual, mental ou por autistas. A Lei 8.383/91 isenta do IOF as operações de financiamento para aquisição de veículos por pessoas portadoras de

deficiência. Quanto ao ICMS e IPVA, tributos de competência estadual, observase que em muitos Estados existem normas que tratam de benefícios e isenções a portadores de doenças graves e deficiências.

O Código de Processo Civil, alterado pela Lei 12.008/09, assegura prioridade de tramitação de processo judicial à parte portadora de doença grave. A mesma Lei estende o benefício ao processo administrativo no âmbito da administração federal. A legislação que trata do FGTS (Lei 8.036/90) autoriza a movimentação da conta quando o trabalhador ou qualquer de seus dependentes for acometido por neoplasia maligna, ser portador do vírus HIV ou quando estiver em estágio terminal, em razão de doença grave. Na mesma linha, o saldo acumulado de PIS/PASEP pode ser resgatado quando o participante sofrer doença grave ou invalidez.

Além destes, as legislações garantem outros benefícios: a Lei 11.520/2007 prevê a concessão de pensão às pessoas atingidas por hanseníase, que foram submetidas a isolamento e internação compulsórios; a Lei 2.579/1955 concede amparo a ex-combatentes julgados inválidos ou incapazes para o serviço militar; a Lei 10.708/2003 institui o auxílio-reabilitação psicossocial para pacientes acometidos de transtornos mentais egressos de internações hospitalares.

Também, alguns contratos de financiamento imobiliário contam com cláusula de quitação por invalidez, bem como existem normas estaduais e municipais que asseguram gratuidades e prioridades a portadores de deficiência usuários de transporte público.

Texto elaborado pelo advogado Cristiano Borges Castilhos, do Setor de Consultoria da Gerência Jurídica, publicado excepcionalmente neste espaço por atender a solicitação do participante Jorge Lulz da Silva, aposentado por problema de saúde.

EM SETEMBRO, O PAGAMENTO DOS BENEFÍCIOS SERÁ NO DIA 25

CGPC LIMITA DESPESAS

ADMINISTRATIVAS DOS FUNDOS EM 9%

A Petros já vinha diminuindo a taxa desde 2003; no ano passado, praticou 6,4% e meta para este ano é redução para 6%

O Conselho Gestor da Previdência Complementar (CGPC) aprovou resolução reduzindo o limite de gastos administrativos dos fundos de pensão patrocinados por empresas estatais. A partir de 1º de janeiro de 2010 (data de vigência da norma), as entidades poderão desembolsar com a rubrica no máximo 9% das contribuições arrecadadas – antes o teto era 15%. Como parâmetro alternativo, os fundos poderão adotar como base de cálculo o montante de aplicações ao final de cada ano. E, nessa hipótese,

o limite de despesas administrativas ao ano será de 1% dos investimentos.

A medida não trará qualquer impacto para a Petros, que a partir da posse dos atuais gestores, em fevereiro de 2003, definiu como uma das estratégias prioritárias a redução das taxas frente às receitas previdenciais. Atualmente, a Fundação destina 6,4% às despesas administrativas – bem abaixo, portanto, do estabelecido pela CGPC e dos percentuais praticados até 2002 (em tomo de 12%).

Na avaliação do secretário de Previdência Complementar, Ricardo Pena, a resolução “nor-teia-se na defesa dos interesses dos participantes e assistidos”. Além de contribuir para uma maior transparência, visibilidade, segurança e comparabilidade dos gastos dentro do sistema, permitirá o crescimento da previdência complementar.

O texto da nova resolução determina ainda que as entidades divulguem todos os dados de suas despesas, inclusive as relativas aos investimentos. Assim, os participantes terão acesso aos gastos realizados e poderão fiscalizar os custos com a administração do plano e a aplicação de recursos, comparando com os de outros fundos. “Esta divulgação é de extrema importância”, argumenta José Ricardo Sasseron, presidente da Associação Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão (Anapar) e representante dos participantes no CGPC. “Muitas entidades contabilizam em seus balanços somente o resultado líquido dos investimentos, não esclarecendo o quanto gastam com a gestão dos ativos.”



PARTICIPANTES TÊM MAIS UM ENCONTRO INESQUECÍVEL

Rio de Janeiro sedia mais uma edição do evento, desta vez realizado nas dependências da Fundação Progresso, no boêmio bairro da Lapa

Um público estimado em mil pessoas (a esmagadora maioria aposentados) compareceu a mais uma edição do “Encontro Petros com o Participante”, realizado no Rio de Janeiro, na tarde de 10 de setembro, com o patrocínio do Banco Real Santander. Além de assistirem a palestras de prestação de contas e sobre saúde, concorreram a brindes e desfrutaram de um clima de descontração e da possibilidade de reencontrar amigos de longa data.

Os convidados obtiveram informações sobre a Petros e souberam um pouco mais sobre a política de investimentos, o multipatrocínio e da redução dos gastos administrativos. O presidente Wagner Pinheiro e os demais diretores abordaram os temas pertinentes às suas áreas. **(veja box).**

Em linhas gerais, os executivos fundamentaram as decisões tomadas pela atual administração e falaram do esforço para garantir a perenidade da Fundação. Nesse particular, mostraram que estão alinhados no sentido de aprimorar a qualidade dos serviços prestados aos participantes, “os verdadeiros donos da entidade”

Na palestra do médico Eduardo Duarte – um dos momentos mais aguardados do Encontro – o clínico procurou ensinar técnicas de prevenção a doenças bastante recorrentes em tempos



modernos: enfermidades coronarianas, câncer da próstata e o colesterol. O Doutor Eduardo – como já é conhecido pelos participantes – aproveitou para dar dicas de boa alimentação e prescrever a prática de exercícios físicos regularmente. Ao constatar que, ao contrário do prometido na edição anterior, poucos tiveram a disciplina de alterar hábitos diários, não teve dúvida: repetiu a dose e orientou o público a caminhar diariamente para controlar o peso e prevenir uma série de doenças.

A animação musical ficou por conta da Orquestra Republicana, grupo de samba de raiz que encerrou o evento com um espetáculo animado e dançante, possibilitando a queima de algumas das calorias consumidas durante o encontro.

O evento contou também com a presença do conselheiro Deliberativo eleito Roberto Ribeiro, que fez uma saudação especial ao público, e do médico Daphnis Souto, mentor intelectual da Petros. Os prêmios sorteados foram cedidos pela Kontik Franstur, Casa&Video, Motocar Honda, Pousada Rumo dos Ventos e Casa Granado, todas parceiras do **Clube Petros**.



COMPROMISSO COM A TRANSPARÊNCIA

Além de estar se consolidando como ponto de conagraamento e uma excelente opção de lazer, o “Encontro Petros com o Participante” tem servido para a Diretoria Executiva prestar contas aos participantes. Por isso mesmo, os quatro principais executivos da Fundação reservaram espaço na agenda para apresentar ao público um diagnóstico de suas respectivas áreas.

O presidente Wagner Pinheiro traçou um paralelo entre a situação da Petros por ocasião da posse e a atual. Nesses seis anos e meio, o patrimônio passou de R\$ 18,4 bilhões para R\$ 47 bilhões (variação de 155,4%). De 2002 para cá, houve ainda um aumento de 43% no número de participantes (de 91 mil para 130 mil) e uma redução nas despesas administrativas de 11,9% para 6,9% das receitas previdenciais.

Já o diretor Financeiro e de Investimentos, Luís Carlos Afonso, falou sobre a distribuição da carteira imobiliária (a Petros detém participação

em 31 empreendimentos que totalizam R\$ 775,95 milhões) e as principais empresas nas quais a Fundação tem participação acionária. O executivo também explicou as recentes mudanças nos empréstimos, carteira com participação de 2,67% no patrimônio dos investimentos.

O diretor de Seguridade, Maurício Rubem, traçou um histórico da Fundação a partir de 1970, passando pelo período das privatizações das subsidiárias da Petrobras na década de 1990 – questões conjunturais que levaram-na a se tornar uma entidade com “multiplanos”. O dirigente falou ainda das metas e dos indicadores de desempenho do setor de atendimento.

Por fim, o diretor Administrativo, Newton Carneiro, lembrou que as áreas sob sua orientação (Engenharia, Tecnologia da Informação e Recursos Humanos) é que dão o suporte necessário para que a estrutura da Petros funcione de maneira eficiente e em prol dos participantes.

ESTRATÉGIA DE AVALIAR

CONSELHEIROS REPERCUTE NA IMPRENSA

Fundação acompanha desempenho dos seus conselheiros em companhias nas quais detém participação acionária

O jornal “Valor Econômico” destacou em sua edição de 31 de agosto as empresas que adotaram critérios para avaliar o desempenho de seus conselhos de administração – ou seja, os representantes dos acionistas. Dentre as citadas, destaque para a Petros, uma das pioneiras entre os fundos de pensão a adotar tal prática. Cabe ao Conselho de Administração fazer com que a companhia aproveite as oportunidades de negócio e cumpra com suas obrigações legais junto aos clientes, fornecedores e empregados.

Somente este ano, a Petros indicou 21 conselheiros em 17 empresas nas quais tem participação acionária (15 para integrar o Conselho de Administração e 6 para o Conselho Fiscal). Por isso, o processo de avaliação dos conselhos consta, inclusive, das normas inter-

nas da Petros e prevê a apresentação periódica do trabalho realizado. A atividade envolve o acompanhamento do desempenho da Diretoria das companhias, a contribuição para melhores práticas de governança e responsabilidade social, a avaliação dos resultados e a recomendação de melhorias nos controles e processos internos.

A diretora executiva do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), Heloisa Bedicks – ouvida pela reportagem – destaca que o estabelecimento de uma agenda anual predefinida, com os principais temas e estratégias a serem discutidos pelo conselho, pode contribuir na avaliação do desempenho. Segundo ela, apesar de a avaliação ser de responsabilidade do Conselho de Administração, a participação de especialistas externos pode contribuir para a objetividade do processo.

De acordo com a opinião das fontes ouvidas, embora ainda pouco adotada no Brasil, a avaliação dos conselhos deve passar a ser uma prática periódica das empresas, no momento em que se discute a atribuição de maior responsabilidade à atuação dos conselheiros. O tema, inclusive, foi incluído na revisão do “Código de Melhores Práticas” elaborado pelo IBGC.

Além da Petros, outras empresas que já adotaram iniciativas para facilitar a atuação dos conselheiros foram a Sul América, que editou neste ano um manual para o Conselho de Administração, e a concessionária de rodovias CCR, que há seis anos pratica a avaliação da direção da empresa, que envolve o desempenho do presidente-executivo, do secretário e dos integrantes do Conselho de Administração.

Petros é o 146º maior do planeta

Os três maiores fundos de pensão brasileiros figuram no ranking divulgado em setembro pelo jornal “Pensions & Investments” e que reúne os 300 maiores do mundo levando em consideração o quesito volume de recursos administrados.

A publicação americana, especializada em previdência complementar, divulga a classificação anualmente. Nesta edição, a Petros ocupou a 146ª posição. A Previ é a 45ª da lista e a Funcef ficou na 177ª colocação.

SERVIDORES DO TCE/RJ FAZEM OPÇÃO PELA FUNDAÇÃO

Plano PreviContas tem um público de 6.500 profissionais que são filiados à Associação dos Servidores do Tribunal de Contas do Rio de Janeiro



O plano de previdência para os servidores do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE/RJ) é o mais novo integrante da carteira administrada pela Petros. A solenidade oficial de lançamento do PreviContas ocorreu em 19 de agosto, na sede do tribunal.

Na ocasião, o presidente da Petros, Wagner Pinheiro, destacou que a Fundação já administra planos instituídos para mais de 7 mil participantes e que parceiros como a Associação dos Servidores do TCE/RJ (Astcerj) colaboram para a solidez da Fundação, “significando um verdadeiro selo de qualidade”. Como exemplos semelhantes, o dirigente citou planos destinados

aos jornalistas, atuários e estatísticos.

Para o presidente do TCE fluminense, José Maurício de Lima Nolasco, “a Petros foi a melhor e mais segura escolha” para gerir o modelo previdenciário da categoria. Já o presidente do Conselho Deliberativo da Astcerj, Abel Luiz Oliveira, esclareceu que a criação do plano foi motivada pela mudança de critérios na aposentadoria para o servidor público. Entre outros aspectos, a legislação passou a exigir idade mínima e pôs fim às integralidade e paridade.

Ele lembrou que o processo de negociação começou no final de 2007 e que, somente após uma ampla pesquisa de

mercado, a Petros foi escolhida para administrar o plano. Os parâmetros decisivos foram a solidez, os valores atrativos das taxas cobradas e a transparência assegurada, graças à existência de um comitê gestor, que garante a participação de integrantes da Associação nas decisões de investimentos.

O plano é aberto a todos os associados e dependentes da Astcerj, que completa 25 anos em outubro. Para garantir a cobertura de benefícios de risco como invalidez e morte, o PreviContas conta com a parceria da Marítima Seguros, que esteve representada pelos seus diretores Marcos Acildo Ferreira e Samy Hazan.

Já a comercialização é feita pela Nova Corretora Seguros. O representante da empresa, Eduardo Vieira, reafirmou o compromisso com a qualidade na prestação dos serviços, garantindo toda a assistência necessária à Petros. Também participaram o presidente da Astcerj, Luiz Marcelo Fonseca Magalhães e o diretor de Seguridade da Petros, Maurício Rubem.

FUNDOS POR UMA NOVA RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Representantes de grandes fundos de pensão debateram ações e investimentos alinhados com as boas práticas

Os maiores fundos de pensão do país reuniram-se no Rio de Janeiro, em 31 de agosto, para debater as práticas de Responsabilidade Social Empresarial (RSE) já existentes nestas fundações e definir a possibilidade de implementar novas ações de maneira alinhada. Cerca de 40 profissionais de diferentes áreas de atuação (comunicação, atendimento, governança, investimentos, recursos humanos, administração e planejamento) participaram da oficina de Responsabilidade Socioambiental dos Fundos de Pensão – organizada conjuntamente pela Petros, Previ, Valia e Real Grandeza.

Na opinião dos presidentes das entidades, o encontro favorecerá a prática de ações de RSE voltadas especificamente para o setor. Wagner Pinheiro, da Petros, elogiou a iniciativa e destacou a importância da presença de outros fundos de pensão nos próximos encontros. Na mesma linha, ressaltou a participação do setor no Programa da Organização das Nações Unidas (ONU) que mostra os princípios para o investimento responsável.

O executivo também falou da necessidade de o setor direcionar recursos para investimentos socialmente responsáveis. “Somos investidores de longo prazo e a longevidade do nosso negócio exige que nos preocupemos, de fato, com as boas práticas que permitam a sustentabilidade. O presidente da Previ, Sérgio Rosa, sugeriu que esta troca de experiências seja estendida a outros temas. “Não somos concorrentes, nem competimos. Essas iniciativas estimulam a cooperação e compar-

tilhamento de idéias.” Já Sérgio Wilson Ferraz Fontes, presidente da Real Grandeza, elogiou o encontro por julgar que atende a uma demanda específica do setor.

Um dos palestrantes, o mestre em responsabilidade social e sustentabilidade pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Fabio Rocha, destacou, entre outros tópicos, o dever fiduciário do segmento e a capacidade de influência exercida pelo setor na economia do país. Ele alertou para o fato de a responsabilidade social empresarial ainda estar caminhando no âmbito filantrópico e reconhece ser apenas o começo. “É necessário arraigar o conceito na cultura organizacional.” Segundo ele, tais ações devem estar alinhadas ao negócio da empresa e, para serem reconhecidas como socialmente responsáveis, é preciso definir claramente os objetivos a serem alcançados.

Assim como os executivos das instituições, o especialista relacionou a longevidade do setor com a necessidade de uma gestão socialmente responsável. Ao final, os profissionais foram divididos em grupos segmentados por áreas afins e identificaram as boas práticas já utilizadas pelas fundações. Em seguida, propuseram novas ações com o objetivo de alinhá-las ao segmento.

O diretor administrativo da Petros, Newton Carneiro, e o secretário geral, Wagner Lima, também prestigiaram o evento, que contou ainda com a apresentação do grupo teatral da Fundação Real Grandeza, que mostrou a importância da reciclagem do lixo.

FUNDAÇÕES PLANEJAM INVESTIR NO PRÉ-SAL

Poços surgem como uma das alternativas mais atraentes do mercado e já fazem vislumbrar novas alternativas de investimentos



Os maiores fundos de pensão brasileiros deverão ser parceiros da Petrobras em uma série de negócios na camada do pré-sal. Somente nos próximos quatro anos, a companhia planeja investir US\$ 92 bilhões na exploração de petróleo nessas novas reservas e não é de hoje que as fundações se tornaram uma alternativa de injeção de capital no setor produtivo. Além disso, a queda nos juros impõe às entidades o desafio de realocar recursos, buscando rentabilidades mais atraentes.

Levando-se em conta os objetivos atuariais de longo prazo para os fundos de pensão, uma janela de oportunidades foi aberta com a exploração do pré-sal. Atualmente, a maior parcela do patrimônio dos fundos de pensão está aplicada em títulos do governo.

Mais de uma vez o presidente da Petros, Wagner Pinheiro, manifestou publicamente o interesse em diversificar a carteira. Segundo o executivo, a Fundação tem cerca de R\$ 2,5 bilhões em projetos com a Petrobras e, se a

companhia quiser parceiros nos investimentos no pré-sal, pretende injetar recursos novos que podem chegar a R\$ 1,5 bilhão. Ele explicou, no entanto, que a Fundação tem imposições legais que impedem-na de aportar quantia superior a 10% de seu patrimônio em negócios com a principal patrocinadora.

A proposta do novo modelo regulatório do pré-sal foi apresentada dia 31 de agosto, em Brasília, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que encaminhou ao Congresso Nacional quatro projetos de lei. Um deles propõe a instituição do regime de partilha da produção; outro cria a Petro-Sal, estatal com capital 100% da União; o terceiro institui o Fundo Social, que aplicará os recursos arrecadados em projetos na área social (saúde, educação, ciência e tecnologia, meio ambiente e cultura); e um último projeto de lei, que institui mecanismo para viabilizar a capitalização da Petrobras por parte da União.

Ainda sobre o pré-sal, o presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli de Azevedo, em entrevista coletiva concedida no dia 1º de setembro, disse que as reservas mundiais de petróleo devem ficar escassas por volta de 2030 e o Brasil pode ser o grande beneficiário com os poços do pré-sal. Sobre o fato de a Petrobras ser definida como a única operadora das novas descobertas, o dirigente afirmou que isso se dá por merecimento. "Quem conhece mais as bacias? Quem conhece melhor o mercado? Quem é o maior especialista em águas profundas? Quem conta com a maior frota e infraestrutura? Quem tem capacitação específica para o pré-sal?"

Pós-crise

“É PRECISO SER SÓCIO DO CRESCIMENTO E DO DESENVOLVIMENTO”

Os recentes indicadores econômicos não comprovam que o presidente Lula tinha razão quando declarou que no Brasil a crise seria apenas uma “marolinha”?

A verdade é que o Brasil está passando pela pior crise dos últimos 80 anos; a situação foi muito mais complicada agora e só pode ser comparada com a crise de 1929. Não diria que foi “marolinha”, porque, até setembro do ano passado, o Brasil estava crescendo a 6% e embicando para 7%; acabou fechando 2008 com 5,1% de crescimento do PIB e este ano pode ser que não cresça nada...que não ganhemos nada.

Agora, diante do próprio tamanho da crise e de como o governo reagiu a ela, o Lula pode falar isso. Foram tomadas medidas, na minha opinião, bastante corretas em seu conjunto. Se não fossem as ações do governo, teríamos afundado muito mais.



Tais medidas atenderam a toda os segmentos?

Posso dizer que, das medidas adotadas, boa parte estava alinhada com as reivindicações sindicais, convergiram com as sugestões dos movimentos organizados, como a redução dos juros e a garantia de crédito pelos bancos públicos, por exemplo. Em novembro de 2008, pouco depois da crise, o próprio Dieese ajudou as centrais dos trabalhadores na redação de propostas. As medidas de fato reduziram os efeitos da crise, mas não podemos minimizá-la pelos seus efeitos econômicos.

E quais são as previsões para os próximos anos?

Devemos voltar a crescer já em 2010 em um número palatável em torno de 3%. Mas não podemos esquecer que é o setor público que está segurando os investimentos em infraestrutura, com o PAC, os pesados aportes da Petrobras, as



*O economista Sérgio Mendonça, supervisor técnico da pesquisa de emprego e desemprego do Dieese, entrevistado com exclusividade pela **Revista PETROS**, faz um balanço após um ano da maior crise econômica das últimas oito décadas.*

Iniciada dia 15 de setembro de 2008, com a quebra do banco americano Lehman Brothers, a crise abalou o mundo e no Brasil teve seus efeitos minorados devido “às medidas bastante corretas tomadas pelo governo.”

Mendonça também fala da “janela de oportunidades” aberta no pós-crise para os fundos de pensão: “com a retomada do crescimento, a melhor aposta está em políticas de longo prazo, que garantam retornos mais estáveis e duradouros.”

Foto: Paulo Pepe/Nau Fotográfica

linhas de crédito abertas pelos bancos públicos para o financiamento de diversos setores, a ampliação do crédito consignado.

A dificuldade é que a situação externa é muito pior que a do Brasil. O modelo anterior não dá para ser repetido, com famílias americanas gastando para que o mundo possa crescer. Por outro lado, são os mercados internos dos países emergentes (os chamados Brics) que devem voltar a crescer. O que vai emergir da crise ainda não está claro, mas o que se vê é o rompimento de um padrão, a abertura de uma nova agenda econômica e o Brasil soube encontrar espaços para uma política mais voltada para dentro.

Masse o Lula é “o cara” para o presidente Obama, ele só vai cristalizar essa imagem se o país crescer com novas políticas para a tecnologia, a educação, o meio ambiente, com o pré-sal. Aí sim o Brasil será um país que vai ter o que dizer para o mundo.

Pode-se afirmar que as políticas de governo sustentaram o País na crise?

Sim, o que está segurando o País na crise é o aumento do salário mínimo, a ampliação do crédito consignado e de programas como o Bolsa-Família. Por outro lado, o que despencou foram os investimentos privados e as exportações. De maneira simplista, foi por ter acumulado reservas e fortalecido o mercado interno que se tornou possível segurar a crise. O Brasil pôde emprestar dinheiro por ter acumulado reserva, até um valor simbólico para o FMI.

Na minha opinião, a tendência é o governo fazer o sucessor. O governo defendeu o Estado e o mercado interno; mostrou que era possível governar diferente, romper o círculo da pobreza, mas sem agredir o mercado.

Boa parte da resistência ao Lula está desfeita, até porque o governo não rompeu com as

regras do jogo. Foi um governo amigável, mas que segurou o Estado e esse ganho é intangível. Mas, por outro lado, ele incluiu gente e isso uma parcela da sociedade não tolera.

E como se dará esse embate nas eleições de 2010?

São dois projetos que estão em disputa, cuja diferença forte está justamente nessa questão do Estado e, a meu ver, a oposição está intimidada, pois essa tese foi usada em 2006 e deve voltar com mais força em 2010. O governo pode jogar para a oposição a pressão de “votar contra” medidas que significaram a retomada do crescimento.

A oposição não ganhará com política contra o Estado, pois quem segurou a crise foram bancos públicos por decisão do governo. Nisso, a Petrobras simboliza o Estado eficiente e segue sendo estatal. Além de tudo isso, o governo atual atravessou a maior crise do capitalismo mundial, com reservas cambiais garantindo a travessia. E mais importante: com a geração de 11 milhões de empregos formais de 2003 a 2009 (salto de 29 para 40 milhões), isso lembrando que os teóricos liberais pregavam que não haveria emprego formal...depois de tudo isso, e se a economia estiver crescendo como se projeta....

Como se colocam os fundos de pensão e a Petros nesse cenário?

Estamos num momento de se debater novas hipóteses, de abertura, de se olhar para dentro; contrário à visão de que tudo que é lindo vem de fora. Ao se desfazer daquela visão, abre-se uma janela de oportunidades para as fundações se repensarem. Em um contexto global, nesse momento, a China e a Índia estão na nossa frente porque já têm capitalismo de Estado. Não se entra na China, por exemplo, se não for como o governo chinês quer.

O Brasil tem que ingressar nessa janela e mostrar o seu projeto. A crise abre oportuni-

dades para derrubar essa política que chamo de “JJ” (“Juros de Jaboticaba”), porque diz-se que a fruta só tem no Brasil e juros desse tamanho também só tem por aqui. Se o Brasil não é mais o campeão mundial da taxa básica, na ponta certamente continua sendo a mais alta.

Não dá para sobreviver com juros desse tamanho, é uma política concentradora de renda. O Estado transferindo juros altos (7% do PIB). Qual é o problema de o Banco do Brasil diminuir a rentabilidade? Desmontar o “rentismo” é uma janela de oportunidades. Com essa política, só os ricos e a classe média alta que ganham.

Mas os fundos de pensão também não eram sócios do “rentismo”?

Sim, mas devem saber que desmontar esse círculo é bom também para os fundos de pensão,

15 de setembro de 2008: o Lehman Brothers, banco de investimento e provedor de outros serviços financeiros, com atuação global e sediado em Nova York, pede concordata, marcando a maior falência da história americana e o início da crise mundial.

Bric: é um acrônimo criado em novembro de 2001 para designar os quatro principais países emergentes do mundo: Brasil, Rússia, Índia e China.

Crise de 1929: também chamada por vezes de “Grande Depressão”, persistiu ao longo da década de 1930, terminando apenas com a Segunda Guerra Mundial. O período causou

que têm de apostar em políticas de longo prazo e o “rentismo” não era sustentável. É preciso crescer, desenvolver, avançar na infraestrutura, numa modalidade de investimento estável e duradoura. É preciso ser sócio do crescimento e do desenvolvimento e não do “rentismo”.

A Petros vai ter que diversificar e fazer apostas, aumentar sua exposição ao risco se quiser destruir esse modelo. Tem alguns milhões que estão ganhando com isso, a classe média é sócia. Eles não querem que caia mais a Selic, tem que manter a taxa duradoura.

A rentabilidade dos bancos brasileiros está entre as mais altas do mundo. Eles apostam em pouco crédito e taxas altas...teriam que se focar, ao contrário, em muito crédito com pouco juro. Se for rompida essa lógica de juros altos, dá-se um grande salto e isso interessa aos fundos de

pensão, que têm perspectivas de longo prazo, de estabilidade duradoura.

Mas a taxa Selic de 8,75% não é a mais baixa da história?

Se nunca o país teve juros tão “baixos” foi porque o governo agiu bem na questão. Sim, houve pressão nos administradores do Banco do Brasil e isso não é defender irresponsabilidade na gestão. Se o BB cortar a taxa de juros para 2%, a rentabilidade dos bancos vai continuar a mesma. Eles são hoje, na realidade, meros corretores da dívida pública.

Na realidade, o corte na taxa liberou uma série de recursos para os governos. A queda da dívida pública e a folga fiscal são fundamentais para que possa ter investimento público, para a retomada do crescimento. Foi mais uma janela de oportunidades aproveitada para colocar novamente o país na rota do desenvolvimento.

NOTAS DA REDAÇÃO

altas taxas de desemprego, quedas drásticas do produto interno bruto e demais medidores da atividade econômica, em diversos países no mundo.

“Marolinha”: “Lá (nos Estados Unidos), ela (a crise) é um tsunami; aqui, se ela chegar, vai chegar uma marolinha que não dá nem para esquiar” - declaração do presidente Lula, em 4 de outubro de 2008.

“O cara”: “Esse é o cara. Eu adoro esse cara. É o político mais popular da terra” - declaração do presidente americano Barack Obama, proferida em 2 de abril de 2009, pouco antes da abertura da reunião do G-20, em Londres..

Taxa Selic: um índice pelo qual as taxas de

juros cobradas pelos mercados se balizam. É a taxa básica utilizada como referência pela política monetária. No início da crise, estava em 13,75% e foi reduzida para 8,75%, a menor da história, na reunião do Copom (Comitê de Política Monetária do Banco Central) de julho último.

Rentista: diz-se de quem obtém rendas derivadas de aplicações financeiras em proporção elevada de sua renda total; que ou aquele que vive exclusivamente de rendas, de rendimentos; capitalista, pessoa que vive de rendimentos, aquele que recebe rendas provenientes de títulos públicos.

Fontes: “Dicionário Petros de Previdência Complementar”; Wikipédia (<http://www.wikipedia.org>). “Dicionário Houaiss”: sites da internet e jornais.

MANTENHA O CADASTRO ATUALIZADO

Fundação tem a obrigação e o compromisso de manter o participante bem informado; faça a sua parte e atualize qualquer mudança nos dados pessoais



A Petros quer estreitar cada vez mais o relacionamento com seus participantes. E até bem pouco tempo a maneira mais usual para se comunicar com milhares de pessoas era por meio dos serviços oferecidos pelos Correios. Com os avanços tecnológicos, entretanto, foram surgindo novas alternativas como e-mail, página na internet e o torpedo via celular. Mas ao menos uma coisa não mudou: para que as informações continuem chegando ao destinatário com eficiência, é fundamental manter os dados cadastrais dos participantes e seus beneficiários devidamente atualizados.

Periodicamente, a Fundação divulga uma série de notícias de interesse coletivo. Sem sair de casa, o participante recebe cartas, o exemplar mensal da **Revista PETROS**, contracheque dos aposentados e pensionistas; informações sobre concessão, pagamento e manutenção dos benefícios; empréstimos e muito mais. Se preferir, pode ainda dar um clique no mouse e obter todas essas informações na tela do computador pessoal, bem como as notícias do Clube Petros, boletins eletrônicos e se inscrever em eventos corporativos.

Algumas pessoas, no entanto, demoram um pouco mais a saber das novidades porque estão com o cadastro desatualizado. O maior problema diz respeito aos participantes ativos, que muitas

vezes fazem a mudança na base de dados da patrocinadora, mas esquecem de informar à Petros. Nunca é demais lembrar que os cadastros são diferentes e, portanto, toda alteração deve ser comunicada também à Fundação.

A Gerência de Operações não tem medido esforços no sentido de manter a base de dados atualizada. Entre outras iniciativas, faz consultas regulares ao cadastro das patrocinadoras para checar incorreções. O participante, no entanto, deve fazer sua parte e é muito simples colaborar: basta acessar www.petros.com.br, entrar na área de Acesso Restrito (digitar matrícula e senha) e clicar em Atualização Cadastral. Nesse momento, irá visualizar as informações que constam no cadastro e poderá alterá-la sempre que necessário. A outra opção é atualizar os dados por meio do DDG 0800 específico do seu plano.

Não deixe de atualizar o número do telefone convencional e o endereço residencial. Mas é aconselhável informar também um e-mail (o portal tem dois campos para endereço eletrônico) e o número do celular. Além da praticidade, a telefonia móvel tem aberto novas possibilidades de comunicação (o torpedo SMS, por exemplo). A Fundação está estudando a viabilidade técnica para passar a agregar esse novo serviço em breve.

COMPROMISSO COM A EQUIDADE

SPM lança catálogo com experiências de 23 empresas, Petros inclusa, comprometidas com o programa do governo federal



Uma das 81 empresas inscritas na 33 edição do Programa Pró-Equidade de Gênero da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), a Petros participou da primeira reunião de socialização, dia 3 de setembro, no Ministério da Justiça, em Brasília. O encontro registrou a presença de representantes da Organização Internacional do Trabalho (OIT), do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (Unifem) e de instituições públicas e privadas de todo o Brasil.

A ministra Nilcéa Freire, da SPM, participou da abertura

do evento, quando foi lançado o Catálogo de Boas Práticas das Empresas – publicação eletrônica com informações sobre as 23 entidades premiadas na atual edição do programa, entre as quais a Petros. O objetivo do documento é reunir e socializar informações e

conhecimentos sobre práticas de equidade de gênero no universo do trabalho (www.proequidadedegenero.net.br).

A Fundação, que recebeu o Selo Pró-Equidade de Gênero nesta segunda edição do programa, é reconhecida como uma das organizações comprometidas. Com isso, conquistou o direito de utilizar a distinção em seus documentos internos e externos até 2010, assim como em campanhas e peças de promoção institucional.

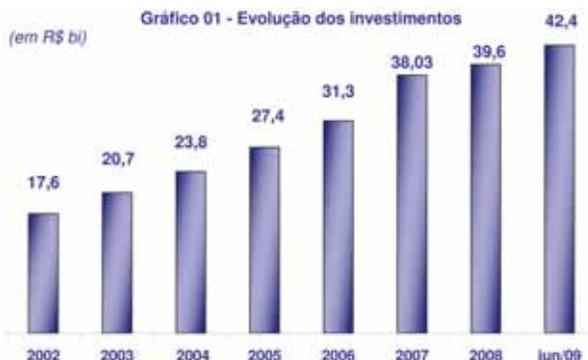
Na avaliação da ouvidora Vanda Ferreira, que representou a Petros na reunião, a adoção de práticas de equidade de gênero como um instrumento de gestão contribui para melhorar os resultados no ambiente de trabalho e aumentar a produtividade.

Histórico: Lançado em 2005, o Selo Pró-Equidade de Gênero é uma iniciativa do governo federal para estimular a igualdade entre homens e mulheres no mundo do trabalho, eliminando a discriminação no acesso, remuneração, ascensão e permanência no emprego. O programa reafirma o compromisso de promoção da igualdade de gênero, inscrita na Constituição, e conta com a parceria do Unifem e da OIT. Nesta edição, somente 23 organizações conquistaram a distinção, que tem validade de 12 meses. Após esse período, é necessário fazer nova adesão ao programa para concorrer.

RESULTADOS DE JUNHO/2009

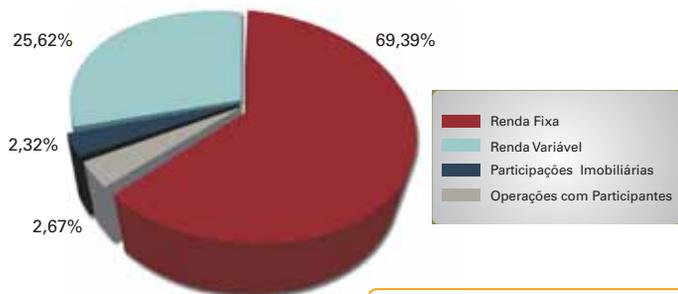
O Total de Ativos de Investimentos da Fundação chegou a R\$ 42,4 bilhões, rentabilidade acumulada nos últimos doze meses foi de 4,64%, para meta atuarial de 11,32% e referencial ponderado de 3,78%.

ATIVOS DE INVESTIMENTOS (*)



(*) consolidado dos bens e direitos de todos os planos administrados pela Petros, estes recursos estão "aplicados" em renda fixa, renda variável, imóveis e operações com participantes, nos montantes e proporções indicados no gráfico e nas tabelas abaixo

COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA



EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (*)

	Receitas Previdenciais	Despesas Administrativas
Acumulado no ano	1.046.383.062	54.328.327
Últimos 12 meses	7.584.710.558	118.529.790

(*) incluindo receitas e despesas extraordinárias

Fonte: Relatório de Atividades / Elaboração: Gerência de Controle

Renda Fixa

Total investido	R\$ 29.421.772 mi
% em relação à Carteira Global	69,39 %
Rentabilidade – No mês	0,84 %
– Acumulada (12 meses)	11,86 %

Participações Imobiliárias

Total investido	R\$ 984.658 mi
% em relação à Carteira Global	2,32 %
Rentabilidade – No mês	1,68 %
– Acumulada (12 meses)	39,69 %

Renda Variável

Total investido	R\$ 10.861.469 mi
% em relação à Carteira Global	25,62 %
Rentabilidade – No mês	- 2,16 %
– Acumulada (12 meses)	- 14,24 %

Operações com Participantes

Total investido	R\$ 1.131.411 mi
% em relação à Carteira Global	2,70 %
Rentabilidade – No mês	0,94 %
– Acumulada (12 meses)	14,70 %

Nota da Redação: O Relatório de Atividades completo pode ser acessado no portal (www.petros.com.br)

POR DENTRO DE CADA PLANO

JUNHO/2009

Ativo Líquido, Provisões Matemáticas, Fundos e Equilíbrio Técnico de cada plano de benefícios administrado pela Fundação

(em R\$ mil)

Planos	Ativo Líquido	Provisões Matemáticas	Fundos	Equilíbrio Técnico
de Benefício Definido				
Sistema Petrobras	40.986.029	42.046.983	35.266	(1.060.954)
PQU	861.249	716.504	131	144.745
Braskem	501.683	476.675	921	25.008
Ultrafértil	755.269	665.388	562	89.881
Copesul	509.475	583.750	620	(74.275)
Petroflex	861.672	610.832	76	250.840
Nitriflex	127.613	86.722	50	40.891
de Contribuição Definida e Contribuição Variável				
Planos Patrocinados				
Plano Repsol YPF	12.665	12.665	965	-
Plano Cachoeira Dourada	3.016	3.016	219	-
Plano Concepa	154	154	120	-
Plano DBA	6.743	6.743	4.911	-
Plano Transpetro	88.799	88.799	2.040	-
Plano PQU Previdência	8.573	8.573	1.985	-
Plano CopesulPrev	13.435	13.435	150	-
Plano Triunfo Vida	12.259	12.259	999	-
Plano Alesat	3.083	3.083	240	-
Plano IBP	2.769	2.769	31	-
Plano Sanasa	23.947	23.223	11.091	724
Plano Manguinhos	2.291	2.291	227	-
Plano FiepePrev	6.120	6.120	913	-
Plano TermoPrev	194	194	11	-
Planos Petros 2	815.366	815.366	146.398	-
Plano PTAPREV	1.039	1.039	-	-
Plano PREVFIEPA	365	365	48	-
Planos Instituídos				
Plano SimePrev	519	519	-	-
Plano IBAPrev	3.408	3.408	-	-
Plano CulturaPrev	1.993	1.993	-	-
Plano SinMed-RJ	623	623	-	-
Plano CROPRev	3.094	3.094	-	-
Plano CRAPrev	874	874	-	-
Plano AduanaPrev	1.235	1.235	-	-
Plano AnaparPrev	122	122	-	-
Plano Previttel	34	34	-	-
Plano UNIMED/BH	84.271	84.271	-	-
Plano UNIMED/BH - Cooperado	3.700	3.700	-	-
Operações Administrativas				
Petros Administradora	-	-	1.064.860	-
Consolidado	45.703.681	46.286.821	1.272.834	(583.140)

1 - **Ativo Líquido**: montante destinado à cobertura dos compromissos com pagamento de benefícios. Corresponde à diferença entre: i) o Ativo de Investimento do Plano, definido como o somatório de todos seus bens e direitos ("aplicados" em renda fixa, renda variável, imóveis e operações com participantes) e outros ativos a receber; e ii) o exigível operacional (eventuais despesas/retenções a pagar), exigível contingencial (eventuais ações judiciais a pagar) e Fundos com destinação específica;

2 - **Provisões Matemáticas**: total das obrigações do Plano, com benefícios concedidos e benefícios a conceder ao conjunto de seus participantes;

3 - **Fundos**: reservas de recursos para cobrir benefícios de riscos (Fundo Previdencial) e para cobrir perdas nas Operações com participantes (Programa Investimentos);

4 - **Operações Administrativas**: recursos vinculados à Fundação (Petros Administradora) e destinados à cobertura das despesas administrativas, presentes e futuras, de todos os planos, visando garantir a perenidade da estrutura administrativa;

5 - **Equilíbrio Técnico**: diferença entre o Ativo Líquido e as Provisões Matemáticas do Plano. Se positiva, diz-se que a situação do Plano é superavitária, se negativa, diz-se que a situação do Plano, é deficitária.

RESULTADOS DE JULHO/2009

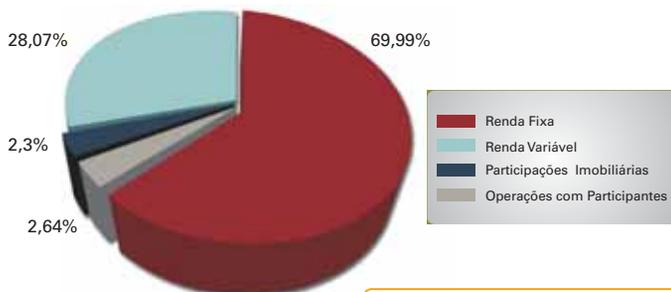
O Total de Ativos de Investimentos da Fundação chegou a R\$ 42,8 bilhões, rentabilidade acumulada nos últimos doze meses foi de 6,88%, para meta atuarial de 10,95% e referencial ponderado de 7,73%.

ATIVOS DE INVESTIMENTOS (*)



(*) consolidado dos bens e direitos de todos os planos administrados pela Petros, estes recursos estão "aplicados" em renda fixa, renda variável, imóveis e operações com participantes, nos montantes e proporções indicados no gráfico e nas tabelas abaixo

COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA



EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (*)

	Receitas Previdenciais	Despesas Administrativas
Acumulado no ano	1.202.849.816	62.146.616
Últimos 12 meses	7.641.504.213	119.717.236

(*) incluindo receitas e despesas extraordinárias

Fonte: Relatório de Atividades / Elaboração: Gerência de Controle



Renda Fixa

Total investido	R\$ 28.686.622 mi
% em relação à Carteira Global	66,99%
Rentabilidade – No mês	0,89 %
– Acumulada (12 meses)	11,37 %



Participações Imobiliárias

Total investido	R\$ 984.078 mi
% em relação à Carteira Global	2,30 %
Rentabilidade – No mês	0,98 %
– Acumulada (12 meses)	39,73 %



Renda Variável

Total investido	R\$ 12.019.435 mi
% em relação à Carteira Global	28,07%
Rentabilidade – No mês	2,71 %
– Acumulada (12 meses)	-6,74 %



Operações com Participantes

Total investido	R\$ 1.130.957 mi
% em relação à Carteira Global	2,64 %
Rentabilidade – No mês	1,16 %
– Acumulada (12 meses)	14,63 %

Nota da Redação: O Relatório de Atividades completo pode ser acessado no portal (www.petros.com.br)

POR DENTRO DE CADA PLANO

JULHO/2009

Ativo Líquido, Provisões Matemáticas, Fundos e Equilíbrio Técnico de cada plano de benefícios administrado pela Fundação

(em R\$ mil)

Planos	Ativo Líquido	Provisões Matemáticas	Fundos	Equilíbrio Técnico
de Benefício Definido				
Sistema Petrobras	41.451.941	42.462.361	36.884	(1.010.420)
PQU	874.974	718.833	143	156.141
Braskem	472.127	447.308	928	24.819
Ultrafértil	767.098	667.046	578	100.052
Copesul	513.548	586.804	633	(73.256)
Petroflex	875.036	613.094	93	261.942
Nitriflex	129.625	87.251	52	42.374
de Contribuição Definida e Contribuição Variável				
Planos Patrocinados				
Plano Repsol YPF	12.778	12.778	980	-
Plano Cachoeira Dourada	3.064	3.064	222	-
Plano Concepa	157	157	120	-
Plano DBA	6.693	6.693	4.993	-
Plano Transpetro	91.023	91.023	2.092	-
Plano PQU Previdência	8.748	8.748	2.017	-
Plano CopesulPrev	13.764	13.764	151	-
Plano Triunfo Vida	12.440	12.440	1.009	-
Plano Alesat	3.178	3.178	244	-
Plano IBP	2.823	2.823	31	-
Plano Sanasa	24.591	23.870	11.377	721
Plano Manguinhos	2.312	2.312	229	-
Plano FiepePrev	6.307	6.307	939	-
Plano TermoPrev	185	185	11	-
Planos Petros 2	853.368	853.368	154.452	-
Plano PTAPREV	1.141	1.141	-	-
Plano PREVFIEPA	445	445	58	-
Planos Instituídos				
Plano SimePrev	535	535	-	-
Plano IBAPrev	3.489	3.489	-	-
Plano CulturaPrev	2.047	2.047	-	-
Plano SinMed-RJ	644	644	-	-
Plano CROPrev	3.145	3.145	-	-
Plano CRAPrev	900	900	-	-
Plano AduanaPrev	1.280	1.280	-	-
Plano AnaparPrev	912	912	-	-
Plano Previttel	37	37	-	-
Plano UNIMED/BH	85.091	85.091	-	-
Plano UNIMED/BH - Cooperado	4.106	4.106	-	-
Operações Administrativas				
Petros Administradora	-	-	1.076.817	-
Consolidado	46.229.552	46.727.179	1.295.053	(497.627)

1 - **Ativo Líquido:** montante destinado à cobertura dos compromissos com pagamento de benefícios. Corresponde à diferença entre: i) o Ativo de Investimento do Plano, definido como o somatório de todos seus bens e direitos ("aplicados" em renda fixa, renda variável, imóveis e operações com participantes) e outros ativos a receber; e ii) o exigível operacional (eventuais despesas/retenções a pagar), exigível contingencial (eventuais ações judiciais a pagar) e Fundos com destinação específica;

2 - **Provisões Matemáticas:** total das obrigações do Plano, com benefícios concedidos e benefícios a conceder ao conjunto de seus participantes;

3 - **Fundos:** reservas de recursos para cobrir benefícios de riscos (Fundo Previdencial) e para cobrir perdas nas Operações com participantes (Programa Investimentos);

4 - **Operações Administrativas:** recursos vinculados à Fundação (Petros Administradora) e destinados à cobertura das despesas administrativas, presentes e futuras, de todos os planos, visando garantir a perenidade da estrutura administrativa;

5 - **Equilíbrio Técnico:** diferença entre o Ativo Líquido e as Provisões Matemáticas do Plano. Se positiva, diz-se que a situação do Plano é superavitária, se negativa, diz-se que a situação do Plano, é deficitária.

NOTA DE ESCLARECIMENTO

SOBRE DECISÃO DO STF

Supremo ainda não decidiu a quem compete julgar ações envolvendo participantes e a previdência complementar

No mês de setembro, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a existência de Repercussão Geral no Recurso Extraordinário n.º 586.453 interposto pela Petros. A Fundação, em processo que figura como parte ré, recorreu da decisão do Tribunal Superior do Trabalho que considerou a Justiça Trabalhista competente para julgar ações envolvendo complementação de aposentadoria. Com base na Constituição Federal, a Petros sustenta que a relação entre a entidade de previdência complementar e seus participantes e assistidos não é trabalhista e, por isso, a competência para julgar estes litígios não seria da Justiça do Trabalho, mas da Justiça Comum.

Segundo a decisão do STF, a definição da competência para julgar causas envolvendo complementação de aposentadoria por entidade de previdência privada tem um amplo alcance e possui relevância do ponto de vista econômico, político, social e jurídico. Por isso, foi reconhecida a Repercussão Geral, que significa declarar que a discussão envolvida na ação se

reveste de grande importância e merece ser avaliada pelo Supremo Tribunal Federal.

A notícia deste reconhecimento levou algumas associações de participantes e de advogados trabalhistas a se manifestarem desfavoravelmente ao enfrentamento do caso pela Corte Suprema. A Petros, no entanto, entende que a matéria, ante sua importância, deve ser sim apreciada e decidida pela Corte Maior, a fim de se obter um pronunciamento definitivo a respeito do tema, pois, segundo a ministra relatora Ellen Gracie, “o assunto tem provocado decisões divergentes nesta Corte, sendo necessária a manifestação deste Supremo Tribunal para a definitiva pacificação da matéria”. Ademais, a Fundação esclarece que prima pelo rigor técnico e jurídico de suas reivindicações perante o Poder Judiciário, embasando seus requerimentos nos estritos termos das Leis vigentes e da Constituição Federal. Neste sentido, o reconhecimento da Repercussão Geral por todos os ministros que participaram do Plenário demonstra que o recurso da Petros é legítimo e atende aos requisitos técnico-formais que balizam o acesso ao STF.



Deixe as dúvidas de fora e
comece a curtir as vantagens do
cartão do seu Clube



Saiba mais sobre este mundo de promoções
especiais que aguarda você

Visite
www.clubepetros.com.br



Diversidade

Talentos diferentes construindo uma Fundação cada vez melhor



COED – Subcomitê Pró-Equidade de Gênero, Raça e Diversidade
2006/2009 – 3 anos de ação social

